Entrevista com a Professora Doutora Ana Falkembach Simão s=Sobre a Atual Situação da Política Externa Brasileira

1 Tendo em vista o histórico da diplomacia brasileira, inclusive durante os violentos mandatos militares durante a ditadura, é possível que as mudanças na política externa não sejam tão bruscas como as mudanças na política interna, apesar das declarações do atual Ministro das Relações Exteriores?

Primeiramente é importante observar que não houve uma única e uníssona política externa dos governos militares. Existiram distintas políticas externas ao logo dos vinte e um anos de regime militar no Brasil. De fato, no governo do General Humberto de Castelo Branco e do chanceler Juracy de Magalhães houve uma inflexão nos rumos da diplomacia brasileira, estabelecendo uma aliança automática com os Estados Unidos. Devido a isso ocorreu o abandono dos princípios da Política Externa Independente (PEI) dos governos Jânio Quadros e João Goulart que, dentre diversos aspectos, visava obter mais autonomia na formulação de projetos de desenvolvimento econômico, ampliar os mercados de exportação do Brasil para todos os países, incluindo os socialistas e promover uma política de paz, desarmamento e coexistência pacífica nas Relações Internacionais. Entretanto, no governo do General Ernesto Geisel e do chanceler Antônio Azeredo da Silveira houve o retorno de alguns princípios daquela mesma PEI que havia sido descartada anteriormente. O "pragmatismo responsável e ecumênico" que marcou a chancelaria de Azeredo da Silveira trouxe novamente para a política externa brasileira a importância da cooperação estratégica e da valorização da aproximação comercial do Brasil com diferentes países; não apenas os ocidentais com a Europa e os

EUA, mas também a República Popular da China, os países árabes, a África e o bloco soviético. Após essa breve mas necessária digressão sobre a política externa nos governos militares pós-64 e observando a atual política brasileira, podemos perceber, através das narrativas da mídia nacional, dois discursos: um do presidente Jair Bolsonaro e do chanceler Ernesto Araújo e outro do vice-presidente General Hamilton Mourão. De acordo com o vice-presidente, em entrevista ao jornal britânico Financial Times em 20 de novembro de 2018, "às vezes o presidente tem uma retórica que não combina com a realidade", ressaltando ainda que "a política externa brasileira, tradicionalmente, é pragmática". O General Mourão se referia especificamente às declarações do presidente sobre os chineses que, segundo Bolsonaro, estariam "comprando o Brasil". Em outra entrevista, para a Folha de São Paulo, o general Mourão, na linha do pragmatismo, defendeu que o Brasil deva "ter uma posição equidistante" nas relações internacionais. Segundo o vice-presidente, ao contrário de Trump que "comanda a maior economia do mundo e pode comprar certas brigas", o governo Bolsonaro não poderá manter essa linha de atuação. Para o vice-presidente: "Nós podemos comprar as brigas que podemos vencer. As que a gente não pode, não é o caso de comprar. Tenho certeza absoluta de que nós não vamos brigar — 34% das nossas exportações são para a China. Não podemos fechar esse caminho, pois tem outros [países] loucos para chegarem nele". Então, se comparamos os discursos do presidente e de seu vice, restaria uma pergunta: qual o caminho que a política externa brasileira vai seguir? Aquele marcado pela ideologia ou pelo pragmatismo? O fato é que ambas as linhas se desenham na arena política do atual governo bem como fazem parte da história recente do Brasil em importantes referências, que certamente poderão contribuir para a compreensão e condução da política externa brasileira.

2 Até o presente momento, tanto da parte do Chanceler como do presidente eleito, Jair Bolsonaro, tudo indica que, no âmbito de política externa, haverá uma reaproximação com os Estados Unidos e um recuo na retórica de priorização de relações Sul-Sul. Quais os possíveis impactos dessa mudança sobre o Brasil, tanto positivamente como negativamente?

A relação entre Brasil-Estados Unidos foi marcada historicamente pelo clássico binômio aproximação e distanciamento ou, como aponta o título do livro

de Mônica Hirst, de "desencontros e afinidades". Num rápido olhar para a política externa do século XX, pode-se observar que alguns governos brasileiros procuraram priorizar as relações com os Estados Unidos – até estabelecendo alianças automáticas - em detrimento da continuidade e do aprofundamento do multilateralismo e de um projeto de inserção internacional para o Brasil com perspectivas mundiais. Como exemplo pode-se destacar os governos de Eurico Gaspar Dutra, o já citado Castelo Branco e Collor de Melo. Nesse quesito, vale ressaltar que o empenho dessas chancelarias em estabelecer relações preferenciais com os Estados Unidos não trouxeram ao Brasil, em nenhuma das três ocasiões, os benefícios esperados. Portanto, a opção de adensar a relação com Washington – sem exigir contrapartida – como aparentemente está sendo construída pelo Chanceler Ernesto Araújo, não me parece algo "novo" e tampouco positivo para a política externa brasileira, como provam três distintos momentos de sua história nas últimas sete décadas.

3 Em declarações, mais uma vez de ambos - Presidente e Ministro de Relações Exteriores - alguns países nomeadamente já foram citados como foco da política externa do novo governo, tais como Estados Unidos, Israel e Taiwan. De que forma essas declarações alteram as relações e dinâmicas do Brasil com a comunidade internacional?

Como já foi assinalado, os Estados Unidos é um parceiro histórico de grande importância para o Brasil. De uma outra forma, eu diria, há países importantes, a exemplo de Israel. Vale lembrar que o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer o Estado de Israel e desde 1958 conta com uma embaixada naquele país. Porém, isso não significa que se deva priorizar Israel de uma forma particularmente especial. Assim, o projeto de estabelecer relações bilaterais com apenas dois ou três países é uma mudança drástica nos rumos na política externa brasileira. Vale destacar que, na longa e significativa história da política externa brasileira, a busca pela diversificação de parceiros sempre esteve presente nas metas do MRE. Considerando o período de redemocratização até os dias atuais – com maior ou menor intensidade – novos parceiros foram ganhando espaço na pauta de política externa brasileira, a exemplo dos BRICS, Fórum IBAS, G20 Comercial, países do Oriente Médio e africanos. A clara percepção de que o mundo estava mudando, e de que o Brasil deveria se inserir ativamente no novo contexto internacional, possibilitou a ampliação das relações do Brasil não só com os parceiros clássicos – EUA, Europa

e Japão – como também com países menos tradicionais, resultando em relevantes ganhos comerciais, políticos e tecnológicos. A conhecida e importante relação Brasil-China ilustra esse cenário de mudanças. A questão toda, neste momento, é saber até que ponto a retórica do presidente Bolsonaro e do Ministro das Relações Exteriores na defesa do aprofundamento das relações bilaterais com alguns países em detrimento de outros irá, de fato, ser colocada em prática e constituir concretamente um projeto real de política externa.

4 Por fim, com relação as declarações referentes a priorização de relações bilaterais ao invés de fóruns multilaterais como o Mercosul, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos e os BRICS. Esse novo enfoque da política externa brasileira pode por em xeque sua posição dentro da região? De que forma ela é passível de alterar as relações do Brasil com seus vizinhos?

O Mercosul e os fóruns multilaterias sul-americanos são centrais para a política externa brasileira. Vale ressaltar que a importância do Mercosul foi reconhecida numa obra escrita pelo próprio atual chanceler Ernesto Araújo em coautoria com o diplomata Sérgio Abreu e Lima Florêncio, denominada de "Mercosul Hoje" e que foi publicada pela editora Alfa Omega, em 1998. Numa breve análise da história recente da política externa – sem se debruçar no século XIX e primeira metade do século XX – observa-se que a America do Sul foi definida como prioridade para o Brasil. Desde os anos 1990, motivada por distintos interesses e com mais ou menos intensidade, a integração regional se tornou um importante instrumento de projeção política e econômica para o Brasil. Assim, vejamos: no governo de Collor de Melo, a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, foi importante e serviu como plataforma de inserção internacional tanto do Brasil como da Argentina de Menem. Já para Itamar Franco, o Mercosul foi um instrumento para o aprofundamento de uma proposta de integração latino-americana, que servisse como um contrapeso ao projeto estadunidense de criação da ALCA. No governo de Fernando Henrique Cardoso, a integração regional - com a liderança do Brasil - foi fundamental para que o país disputasse um espaço maior no contexto internacional. E finalmente, no governo Lula, o Brasil foi protagonista na ideia de uma integração em três dimensões: Mercosul, IIRSA e Unasul. Portanto, uma inflexão na política externa brasileira, no sentido de enfraquecer a integração regional e os